

A representação sociocultural da maternidade: Uma análise no processo de construção do instinto e do mito do amor materno

The sociocultural representation of maternity: An analysis of the construction process of maternal instinct and the myth of maternal love

La representación sociocultural de la maternidad: Un análisis del proceso de construcción del instinto y del mito del amor materno

Recebido: 06/06/2023 | Revisado: 20/06/2023 | Aceitado: 22/06/2023 | Publicado: 26/06/2023

Jessica Corrêa Pantoja

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5714-7909>

Universidade Cidade de São Paulo, Brasil

E-mail: jessicacorreapantoja@gmail.com

Resumo

Pensa-se no amor materno em algo instintivo, como uma disposição inata das mulheres. Entretanto, ao longo da história, as ações, comportamentos e o papel da mãe têm passado por transformações, levando-nos a considerar a maternidade como um fenômeno social que se adapta aos contextos socioculturais específicos. É fundamental reconhecer que o amor materno é uma construção social e está sujeito a mudanças e ajustes de acordo com as necessidades e demandas da sociedade. Posto isto, o presente estudo tem como objetivo analisar a representação sociocultural da maternidade, com ênfase nas alegorias presentes no processo cultural de construção do instinto e do amor materno.

Palavras-chave: Amor materno; Feminismo; Gênero; Maternidade; Representação social.

Abstract

Maternal love is often seen as something instinctive, as an innate disposition of women. However, throughout history, the actions, behaviors, and role of mothers have undergone transformations, leading us to consider motherhood as a social phenomenon that adapts to specific sociocultural contexts. It is essential to recognize that maternal love is a social construct and is subject to changes and adjustments according to the needs and demands of society. With that said, the present study aims to analyze the sociocultural representation of motherhood, with a focus on the allegories present in the cultural process of constructing maternal instinct and love.

Keywords: Maternal love; Feminism; Gender; Motherhood; Social representation.

Resumen

Se considera al amor materno como algo instintivo, como una disposición innata de las mujeres. Sin embargo, a lo largo de la historia, las acciones, comportamientos y el papel de la madre han experimentado transformaciones, lo que nos lleva a considerar la maternidad como un fenómeno social que se adapta a contextos socioculturales específicos. Es fundamental reconocer que el amor materno es una construcción social y está sujeto a cambios y ajustes según las necesidades y demandas de la sociedad. Por lo tanto, el presente estudio tiene como objetivo analizar la representación sociocultural de la maternidad, con énfasis en las alegorías presentes en el proceso cultural de construcción del instinto y del amor materno.

Palabras clave: Amor maternal; Feminismo; Género; Maternidad; Representación social.

1. Introdução

A priori é imprescindível ter consciência de que o valor dado ao relacionamento mãe-criança segundo um contexto histórico nem sempre foi o mesmo, já que as transformações que as perspectivas e costumes, intimamente pertinentes à maternidade são elaborados, criados por uma série de acordos, pactos coletivos e sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel.

Neste contexto de transformações, destaca-se o papel da figura feminina, que adquire novos status na sociedade, especialmente em relação à escolha da experiência materna. Essas escolhas são fortemente influenciadas pelo momento

histórico em que as mulheres estão inseridas. São elaboradas e criadas transformações nas perspectivas e costumes relacionados à maternidade por meio de uma série de acordos, pactos coletivos e sociais, nos quais os discursos e práticas científicas desempenham um papel importante.

Diversos autores apontam para o fato de que essa dedicação da mulher ao papel materno deve-se muito mais a uma transposição sociocultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar.

A ampliação das responsabilidades maternas fez-se acompanhar, portanto, de uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do lar”, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico. Nas classes favorecidas, a mulher passou a assumir, além da função nutrícia, a de educadora e, muitas vezes, a de professora (Moura & Araújo, 2004).

Os aspectos sociais da maternidade permitem às mulheres a entenderem aquilo que são e necessitam fazerem enquanto mães, por meio de diferentes discursos que circulam e são reproduzidos na sociedade. As definições da maternidade associadas ao amor e ao cuidado passaram a asseverar referenciais de valores considerados ideais. Discursos culturais, durante séculos, aliciaram mulheres a se identificarem com eles, tornando-se como verdades e amparando na sua construção nas suas identidades relacionadas a feminilidades.

Considerando esse contexto, aproximadamente a partir do século XIX, a mulher adquire uma valorização social e passa a ser responsável pelo lar e pela criação dos filhos. No entanto, quanto mais responsabilidades a mulher assume em casa, seja como mãe ou educadora, maior é o status que ela obtém na sociedade, por meio do reconhecimento e da devoção da família (Moura & Araújo, 2004).

Patias e Buaes (2009) mostram que os fatores que fundamentam a decisão de não ter filhos estão intrinsecamente relacionados aos novos papéis e funções desempenhados pelas mulheres na contemporaneidade, bem como aos contextos sociais e culturais em que se encontram. Esses fatores dizem respeito à inserção e ascensão no mercado de trabalho, o que traz dificuldades para conciliar a satisfação profissional com a pessoal. Esses desafios refletem a árdua tarefa de conciliar as posições de esposa, profissional, mulher e mãe. Além disso, há mudanças nas preferências, expectativas e projetos de vida, bem como um aparente aumento no número de mulheres ingressando em cursos universitários e em outras esferas acadêmicas.

Atualmente, os papéis sociais contemporâneos continuam passando por profundas alterações em suas estruturas, como resultado das mudanças ideológicas, econômicas, políticas e sociais que exercem uma influência significativa na configuração dos modelos familiares. O modelo tradicional burguês, composto por pai, mãe e filhos, que antes era idealizado, está sendo substituído por novos arranjos familiares. Nesse contexto de transformações, destaca-se o papel da figura feminina, que adquire novos status na sociedade, especialmente em relação à escolha da experiência materna. Essas escolhas são fortemente influenciadas pelo momento histórico em que as mulheres estão inseridas.

O objetivo fundamental desta pesquisa é fazer uma interpretação sobre a obrigação e a construção do instinto materno na mulher, bem como sua significância perante a sociedade.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo fundamentado na metodologia dedutiva, dispondo-se da pesquisa bibliográfico-documental, o que de acordo com (Gil, 2008), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. Frisa-se também que para os autores Cerro et al. (2007):

A pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. (...) Os alunos de todos os níveis acadêmicos, devem, portanto, ser iniciados nos métodos e nas técnicas da pesquisa bibliográficas.

Para o desenvolvimento do estudo, é essencial a realização de uma investigação e revisão da bibliografia, que consiste em pesquisas minuciosas em livros, teses e publicações disponíveis tanto em bibliotecas quanto em acervos e sites online. Como parte desse processo, foi elaborado um relatório inicial que engloba uma avaliação intermediária, apresentando as informações e os dados já analisados e coletados até o momento. Essa etapa de avaliação tem como objetivo fornecer uma visão geral do progresso da pesquisa e serve como base para as próximas etapas do projeto. Através dessa abordagem, buscou-se garantir a solidez e a consistência das informações obtidas, contribuindo para a qualidade e a confiabilidade do trabalho adolecido.

2.1 Plano de trabalho e Cronograma de atividades acadêmicas

Durante essa etapa será possível permitir obter informações relevantes para o desenvolvimento do projeto. Além disso, um relatório inicial será elaborado como uma avaliação intermediária, contendo as informações e os dados já analisados e coletados até o momento. Essas etapas metodológicas garantirão uma base sólida para a realização do projeto, fornecendo subsídios para as análises e conclusões a serem apresentadas posteriormente (Souza et al., 2010).

1. Investigação e revisão da bibliografia fundamental: pesquisas em livros, teses e publicações nas bibliotecas e em acervos e sites online.
2. Relatório inicial: avaliação intermediária contendo as informações e os dados já analisados e coletados.
3. Levantamento dos materiais estudados nas pesquisas prévias: reexaminar e escolher os elementos principais e adequados para o desenvolvimento da pesquisa e conclusão.
4. Apreciação dos dados coletados na área de estudo.
5. Relatório e supervisão das atividades já efetivadas: atualização dos dados já coletados e organização para o encaminhamento da terminação da pesquisa.
6. Laboração do trabalho final: selecionar e preparar as informações já coletadas e avaliadas e discorrer sobre os impasses identificados.

3. Resultados e Discussão

Consegue-se notar o caminho tortuoso percorrido pelo sexo feminino ao considerar as perspectivas filosóficas gregas e envolvendo os grandes doutores da Igreja do passado. Grandes percursos da filosofia ocidental como Platão, Aristóteles (além de Jean Bodin e Pierre Charron, seguindo Aristóteles), consideram que a mulher era dotada de natureza inferior à do homem, feita para obedecer, inclusive arrazoavam, *exempli gratia*, que a mulher é abalizada “um erro da natureza”, ou seja um “homem sem esperma” (França, 2012).

É possível dizer que as consequências dessa concepção são perpetuadas até hoje. Se a mulher era só um descuido da natureza, devia estar à disposição total do homem, seu dono absoluto, com direito até de vida ou morte sobre ela. Segundo Bourdieu (2012), o homem exerce uma "dominação simbólica" que atinge integralmente o tecido social, preceituando mentes e corpos, alocações, práticas sociais e institucionais; que com consequência acabam por desistoricizar diferenças e naturalizar as desigualdades entre os gêneros. Essa mesma dominação masculina, dispõe-se então a percepção e a organização simbólica e concreta da vida social em sua completude.

Emídio e Hashimoto (2010) esclarecem que as mulheres sempre ocuparam um papel secundário no âmbito familiar

em comparação com a proeminência masculina. Essa representação da realidade privada é acompanhada pela subvalorização das mulheres no cenário público, onde os interesses e desejos masculinos prevaleceram sobre os desejos femininos.

Por muito tempo, prevaleceu nas estruturas familiares e em outros contextos externos a ideia de que as mulheres deveriam ocupar posições de menor relevância, sustentadas por discursos político-religiosos. O modelo patriarcal foi responsável por estabelecer o lugar da mulher na sociedade, o que pode ser observado em diferentes períodos da história, como quando era comum realizar acordos entre famílias para garantir casamentos que proporcionassem benefícios financeiros, enquanto se prestava pouca atenção ao valor emocional dos relacionamentos estabelecidos (Emidio & Hashimoto, 2010).

A maternidade/maternagem é atribuída como uma característica intrínseca e universalmente feminina, conferindo-lhe um significado de naturalidade, composto por sentimentos inatos e instintivos que supostamente toda mãe possui, independentemente de sua cultura e situação socioeconômica. Através de discursos normativos, forjou-se um ideal de maternidade que atribuiu às mulheres um papel fundamentalmente doméstico e materno, construindo uma imagem de mãe centrada no feminino, onde o desejo de exercer a maternidade e cuidar dos filhos se tornou ideologicamente intrínseco à condição feminina (Badinter, 1985; Chodorow, 2002).

Com o objetivo de subjugar a mulher ao âmbito doméstico, seja através de uma perspectiva social ou pela consolidação de um discurso médico-científico, representado principalmente por pediatras, psicólogos e psicanalistas, contribuiu-se para o surgimento de uma intensa idealização da maternidade, cujos impactos afetam a sociedade até os dias de hoje (Badinter, 2011; Chodorow, 2002; Del Priori, 1993).

3.1 Epifenômeno da maternidade: o conceito de cultura

A cultura não passa de aquilo que autodenominado de um epifenômeno e aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina e a partir desse ponto de vista, a mulher é feita para ser boa mãe.

Segundo Mintz (2010) desde quando foi empregue pela primeira vez a terminologia “cultura” para quaisquer produtos comportamentais, espirituais e materiais da vida social humana por Tylor (1877), pode-se dizer que os sentidos desse termo foram progressivamente perdendo espaço.

Para Geertz (1978), a cultura é a própria condição de existência dos seres humanos. É um produto das ações por um processo ininterrupto, pelo meio do qual, indivíduos conseguem dar sentido à suas ações. Advém automaticamente da mediação das afinidades dos indivíduos, na construção de sentidos e significações. Logo, quando se compreende todo o método envolvendo a cultura, chega-se à conclusão de que homem por si só é um produto e um processo da cultura, um ser cultural, não consegue pensar fora deste meio.

Na tentativa de alcançar uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos —, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas" — para governar o comportamento (Geertz, 1978).

3.2 As mudanças histórico-sociais do amor materno

O amor materno é resultado de um produto de nossa sociedade e toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. Uma mãe como um ente indiferente disseminado à natureza, é um desafio atípico, por primazia.

A maternidade assume uma posição central na formação e perpetuação das ideologias de gênero, sendo abordada neste estudo como uma construção social profundamente enraizada, tanto material quanto simbolicamente, com variações que

ocorrem de acordo com diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos. Parte-se do pressuposto de que ao longo da história o valor atribuído à maternidade, às relações mãe-criança e ao amor materno não foi estático, sofrendo flutuações determinadas por uma multiplicidade de discursos sociais, sendo que os discursos e práticas científicas desempenham um papel de destaque nesse processo (Moreira & Rasera, 2010).

Por exemplo, visando reduzir a taxa de mortalidade infantil e mitigar o abandono de crianças entregues a amas de leite, foram estabelecidos discursos políticos, médicos e religiosos que instauraram o mito do amor materno. Esse mito buscava aumentar a produtividade e atender aos ideais de uma economia regida pelo modo de produção capitalista e dominada pela família burguesa. Uma vez enraizada, a ideologia maternalista foi transmitida de geração em geração a partir do final do século XVIII, criando um padrão de comportamento que servia aos interesses do Estado e, conseqüentemente, das mães da época (Badinter, 1985; Venâncio, 2002).

Tourinho (2006) demonstra que é comum observar a presença de sentimentos de incerteza e dúvida nas palavras de muitas mulheres contemporâneas em relação à maternidade, acompanhados pelo sentimento de culpa e frustração por não cumprir o ideal de mãe exigido socialmente. Esses sentimentos são frequentemente encontrados em mulheres que não conseguem sentir o amor incondicional por seus filhos.

Laplanche e Pontalis (2001), para uma melhor compreensão dessa dualidade de sentimentos, destacam que há um paralelismo na relação com o objeto, que implica tanto o prazer quanto o ódio. Bleuler conceitua essa dualidade em três níveis: o nível afetivo, onde se experimenta amor e ódio pela mesma pessoa ao mesmo tempo; o nível volitivo, onde se come e, ao mesmo tempo, não se deseja comer; e o nível intelectual, onde se expõe uma proposição e seu contrário simultaneamente.

Ou seja, é necessário compreender que o amor materno é apenas um sentimento humano como qualquer outro, e como tal, é incerto, frágil e imperfeito, e a sociedade precisa parar de romantizá-lo. Ele pode existir ou não, e pode aparecer e desaparecer da mesma maneira, pode ser forte ou frágil. Contrariamente a todas as crenças generalizadas, ele não está intrinsecamente inscrito na essência feminina densa. No entanto, tende a se modificar de acordo com as transformações socioeconômicas da história e, é claro, de acordo com o desejo subjetivo de cada mulher, que é diretamente influenciado por essas influências internas ou externas.

Segundo Badinter (1985, 1991) e Ariès (1973), foi Rousseau (1995), que introduziu a ideia de amor fraternal, fundada na ideia no amor maternal, que foi transferindo à mulher o encargo absoluto do cuidado com a criança. Conforme Ariès (1973), se tomamos como ponto de partida a sociedade medieval, por exemplo, o sentimento de infância não era presente, o que não significa uma negligência, abandono e desprezo das crianças, mas sim uma diferença nula de distinção:

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 1973).

Pensa-se no involuntariamente amor materno em algo instintivo, como uma disposição inata das mulheres. Entretanto, as ações e condutas maternas, bem como a sua função e papel de mãe, têm se alterado com o transcorrer de nossa história, o que pode nos levar a pensar a maternidade como um comportamento social, que se ajusta a também um determinado contexto sócio-histórico e analisando a conjuntura atual, pode-se dizer que o amor materno é produto de nossa sociedade e tende a seguir mudando, se adequando as suas próprias necessidades.

É fundamental e imprescindível não esquecer da luta das mulheres, caracterizada pelo movimento feminista, que foi construída desde o princípio através da libertação das amarras de um senso moral instituído pela cultura patriarcal e machista, este que foi consolidado durante séculos e ainda é, tão-somente pela igualdade econômica e política que as mulheres buscam

conquistar seu espaço; porém são, outrossim, na constituição de uma sociedade livre de quaisquer afinidades discriminatórias e preconceituosas.

3.3 Desconstrução da alegoria materna: um extenso percurso a se percorrer

De acordo com Barbosa e Coutinho (2012), as mulheres contemporâneas, ao contrário das do passado, que eram criadas para se casar e cumprir tarefas domésticas, agora se concentram em suas vidas acadêmicas, profissionais e/ou financeiras, pois encontraram nessas áreas a possibilidade de independência e conforto. Apesar de terem conquistado novos espaços, existe uma sobrecarga devido às diversas responsabilidades atribuídas a elas, além da desvalorização dos gêneros pelo trabalho doméstico (Bruschini, 2007).

Além disso os autores Moreira e Rasera (2010) reforçam que a concepção da maternidade é formada com base no contexto histórico vivido em cada época, envolvendo aspectos socioculturais, econômicos e políticos.

Ao mesmo tempo, a decisão de não ter filhos ou enfrentar circunstâncias que impeçam a maternidade implica abandonar as expectativas sociais em relação ao papel da mulher como mãe, uma posição socialmente valorizada. É uma decisão que envolve questões existenciais de grande importância (Mansur, 2003). As mulheres que optam por não ter filhos continuam sendo alvo de constantes julgamentos sociais, sendo percebidas como pessoas que não cumpriram seu dever, o que torna ainda mais difícil para as mulheres expressarem essa decisão (Badinter, 2011).

É evidente também o dilema enfrentado pela mulher contemporânea, que, apesar de ter alcançado sua independência e buscar se manter presente no ambiente acadêmico, ainda se depara com o trabalho e tenta se afastar do ambiente tradicionalista. No entanto, mesmo diante de tantas transformações e empoderamento, a sociedade espera que ela se dedique ao cuidado e à educação dos filhos, e os meios de comunicação desempenham um papel proeminente e influente nesse processo ao promover ideais de ser uma mãe dedicada e perfeita, enquanto o pai-homem continua sendo apenas um ajudante (Sá, 2010).

4. Considerações Finais

Evidencia-se que a maternidade está tradicionalmente envolta pelo relacionamento consanguíneo entre mãe e filho, já a maternagem é estabelecida através de vínculo afetivo que envolve acolhimento, cuidado, de uma mãe, por um filho. Conforme Kitzinger (1978), esse processo dependerá dos valores socialmente relacionados do “ser-mulher” e a significância de ter um filho em um contexto cultural, específico. Anseia-se assim, valoração e a vivência não apenas da maternidade, mas da maternagem, que sofrem mudanças no contexto histórico-cultural em que estão inseridas.

Santos (2017), destaca a presença da coerção social no contexto contemporâneo da maternidade, que tem contribuído para a emergência do fenômeno conhecido como maternidade compulsória. Essa forma de coerção restringe a expressão e mantém as mulheres em uma condição de eternas incubadoras, gerando constantemente sentimento de culpa e impedindo-as de exercer controle sobre sua própria função reprodutiva quando almejarem. É importante ressaltar que a gravidez não se torna um desejo, mas sim uma obrigação, como apontado por Beauvoir (1985 apud Moraes, 1996) em uma entrevista:

Eu não recuso a maternidade. Acho apenas que é uma armadilha. O que se deve condenar não são as mães, mas a ideologia que incita as mulheres a serem mães e as condições em que devem sê-lo. Junta-se a isso uma mistificação perigosa da relação mãe-filho. Mesmo que uma mulher tenha vontade de ter filhos, deve refletir muito porque a maternidade, atualmente, é uma verdadeira escravidão.

As mudanças nas abordagens das sociedades ocidentais em relação à procriação e ao cuidado dos filhos são resultado da interação entre as condições materiais da vida e as transformações do pensamento e do imaginário social. Essas transformações implicam em uma reconfiguração dos significados atribuídos aos relacionamentos e aos papéis sociais,

exigindo adaptações nos diversos contextos sociais. A reflexão sobre a construção social da maternidade ao longo do tempo possibilita a discussão das demandas das novas configurações familiares diante de uma realidade que frequentemente não se alinha aos modelos familiares tradicionais. Nesse processo reflexivo, é fundamental ter plena consciência do papel desempenhado pelas mulheres, principalmente no que se refere à dinâmica familiar e às expectativas sociais que recaem sobre elas. Compreender e atender às necessidades das famílias contemporâneas requer uma abordagem sensível e contextualizada, considerando o impacto das transformações sociais e valorizando a diversidade de arranjos familiares presentes na atualidade (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004).

Referências

- Ariès, P. (1973). *História Social da Criança e da Família* (2a ed.). Editora Guanabara.
- Badinter, E. (1985). *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1991). *¿Existe el amor maternal? historia del amor maternal, siglos XVII al XX*. Paidós.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe* (2a ed.). Record.
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2012). Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 577–587. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537–572. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. da. (2007). *Metodologia científica*. Pearson Prentice Hall.
- Chodorow, N. J. (2002). *Psicanalise da maternidade* (2a ed.). Rosa dos tempos.
- Del Priori, M. (1993). *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia*. EduUnB.
- Emidio, T. S., & Hashimoto, F. (2010). Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. *Colloquium Humanarum*, 5(2), 27–36.
- França, M. C. da V. (2012). Montaigne e a natureza humana no feminino. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 53(126), 449–461. <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2012000200008>
- Geertz, C. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Zahar Editores.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6a ed.). Atlas.
- Kitzinger, S. (1978). *Mães: Um estudo antropológico da maternidade*. Editorial Presença.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (4a ed.). Martins Fontes.
- Mansur, L. H. B. (2003). Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 2–11. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400002>
- Mintz, S. W. (2010). Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, 14(28), 223–237. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100010>
- Moraes, M. L. Q. de. (1996). *Vinte anos de feminismo* [Tese (Livre-Docência em Sociologia)]. Universidade Estadual de Campinas.
- Moreira, R. L. C. A., & Rasera, E. F. (2010). Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 529–537. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300013>
- Moura, S. M. S. R. de, & Araújo, M. de F. (2004). A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(1), 44–55. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>
- Negreiros, T. C. de G. M., & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estud. Pesqui. Psicol.*, 4(1).
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2009). Não tem filhos? Por quê? *Disc. Scientia*, 10(1).
- Rousseau, J.-J. (1995). *Emílio ou Da Educação* (3a ed.). Bertrand Brasil.
- Sá, É. C. de. (2010). De volta ao fogão: A (re)valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico feminino. *Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.

Santos, C. (2017). O que é maternidade compulsória? *QG Feminista*. <https://medium.com/qg-feminista/o-que-%C3%A9-maternidade-compuls%C3%B3ria-f23fd1643c6a>

Souza, M. T. de, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. de. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

Tourinho, J. G. (2006). A mãe perfeita: idealização e realidade. *IGT Na Rede*, 3(5).

Venâncio, R. P. (2002). A maternidade negada. In *História das Mulheres no Brasil* (p. 189–223). Contexto.